

## SERVIÇO CÍVICO ESTUDANTIL

1 - Como já é do domínio público, foi deliberado pelo Conselho de Ministros a criação de um Serviço Cívico Estudantil o qual visa, entre outros, os seguintes objectivos:

- a) Assegurar aos estudantes mais adequada integração na sociedade portuguesa e mais amplo contacto com os seus problemas, a par de maior compreensão das necessidades e carências da população;
- b) Garantir maior harmonização do conteúdo e prática do ensino com as situações concretas da vida Nacional
- c) Contribuir para combinação da educação pelo trabalho intelectual com a educação pelo trabalho manual e quebrar o isolamento das escolas em relação à vida, da cidade em relação ao campo;
- d) Possibilitar aos estudantes em certa medida uma avaliação das opções feitas e eventualmente despertar-lhes a vocação e interesse por vias profissionais de mais imediato proveito para a colectividade;
- e) Contribuir para a reconversão do sistema de ensino, fomentar o espírito de trabalho colectivo, incentivar a cooperação entre estudantes e o Povo Trabalhador, preparar e assegurar a participação dos estudantes nas tarefas da construção da Democracia e Progresso do País;
- f) Apoiar a criação de infra-estruturas sociais de que o país necessita;
- g) Contribuir, na medida do possível, para melhorar as condições de vida das populações mais necessitadas mediante a realização de tarefas urgentes que não possam ser garantidas pelo recurso ao mercado de trabalho;

Dentro dos próprios objectivos do Serviço Cívico Estudantil está implícito que ele não deve ser considerado como uma solução de emergência para o primeiro ano que não pode funcionar por falta de infra-estruturas que suportem uma entrada de muitos milhares de estudantes na Universidade. Faz parte de uma nova visão do ensino em que a Universidade deve estar intimamente ligada às realidades e necessidades do Povo, contribuir para a reconstrução do País em que a formação Universitária deve integrar um ensino intelectual e manual. Uma medida deste alcance nunca poderia ser tomada por um Governo que não tivesse características democráticas e progressistas.

No entanto, é difícil de por em execução um tal projecto em tão curto espaço de tempo abrangendo todos os anos do ensino Universitário.

Por um lado e para já, o Serviço Cívico parece ser a melhor solução para um problema de superlotação das escolas e dos estudantes que se veriam completamente desamparados se lhes fosse simplesmente recusada a entrada na Universidade. Por outro lado, e nestas condições, estes mesmos estudantes iriam então sobrecarregar o mercado de trabalho na medida em que, para não ficarem inactivos, procuraríamos arranjar um emprego.

Estam-se a envidar todos os esforços para que os candidatos ao primeiro ano de 1974/75 possam entrar na Universidade no próximo ano lectivo. No entanto, o Serviço Cívico Estudantil terá certamente de realizar-se nos mesmos moldes para os candidatos ao 1º ano de 75/76 mas irá procurar-se que este funcione e se aperfeiçoe de forma a tornar-se num verdadeiro ano propedêutico e de preparação para a entrada nas Escolas do Ensino Superior. O ideal seria também poder já contar-se com a participação voluntária de estudantes de outros anos na realização das diferentes tarefas programadas.

Para atingir todos os objectivos propostos no Serviço Cívico Estudantil, deveremos encaminhar-nos no sentido de alargar o seu âmbito até que finalmente ele possa ser parte integrante dos programas do Ensino Superior. A concretização deste projecto impõe a necessidade de as Escolas e os estudantes se organizarem e conjugarem os seus esforços com a população e os ministérios afim de que todos participem activamente no seu planeamento e organização e possibilitem a implantação de infraestruturas que comportem realmente a criação de um Serviço Cívico que vá englobando progressivamente todos os anos das Universidades.

É portanto um serviço que não dependerá somente do Ministério da Educação e Cultura nem das Escolas, mas que responsabilizará todo o País pois será com a sua colaboração que os diferentes trabalhos a ser realizados poderão ser postos em execução, contribuindo de forma efectiva para a satisfação dos interesses mais prementes do Povo Português e dos seus estudantes.

Com base nos estudos feitos e nos contactos oficiais havidos a Comissão Coordenadora do Serviço Cívico Estudantil decidiu, desde já, garantir o seguinte:

- 1. a inscrição dos estudantes no Serviço Cívico Estudantil é voluntária;
- 2. o período de duração do Serviço Cívico Estudantil dependerá da natureza das tarefas a desempenhar não podendo em caso algum exceder a data limite de 30 de Setembro do ano escolar correspondente;
- 3. a prestação do Serviço Cívico constitui factor de prioridade no acesso às Escolas Oficiais do Ensino Superior;
- 4. Será reduzido o tempo do Serviço Militar obrigatório aos estudantes que tenham cumprido o Serviço Cívico;
- 5. Serão assegurados o alojamento, alimentação e transporte a todos os estudantes que forem deslocados do meio familiar e em funções do Serviço Cívico;
- 6. Será assegurada a assistência médica gratuita bem como o seguro contra acidentes;
- 7. Será mantido o direito a abono de família;
- 8. Não serão remunerados;
- 9. As tarefas que vierem a ser desempenhadas pelos estudantes não poderão ser realizadas em empresas privadas;
- 10. Não deverão ser ocupados por estudantes do Serviço Cívico Estudantil postos que possam ser preenchidos através do recurso ao mercado de trabalho e não poderá de forma alguma ser utilizados contra os interesses dos trabalhadores, nomeadamente em situação de greve;
- 11. Ter-se-á em conta, na distribuição das diferentes tarefas, o curso a que os estudantes se candidaram. Embora houvesse o maior interesse no intercâmbio regional dos estudantes, parece-nos que por agora eles deverão ficar, sempre que possível na área em que habitam, por duas razões:

a) económica - o Serviço Cívico Estudantil não terá de pagar pelo menos, o alojamento.



b) maior facilidade de integração do estudante no meio ambiente e sua melhor aceitação por parte das populações.

-12. o inventário das tarefas dependerá das necessidades sociais detectadas e será feito em colaboração com os vários serviços e instituições de estudantes e organizações populares;

-13. o necessário enquadramento das brigadas do Serviço Cívico Estudantil, será promovido pelos serviços interessados mediante:

a) um treino próprio ou uma formação profissional de base de acordo com as tarefas a serem desempenhadas

b) o enquadramento dos locais de trabalho por técnicos e trabalhadores dos serviços públicos, autarquias locais, ou organizações interessadas.

-14. o enquadramento logístico será feito pelo Serviço Cívico Estudantil com o apoio das autarquias locais e outras instituições e pelas Forças Armadas, quando houver necessidade;

-15. os estudantes trabalhadores deverão apresentar documento comprovativo da sua relação de trabalho, assinado pela entidade patronal, bem como atestado dos descontos que efectuar para a Caixa de Previdência ou Sindicato;

-16. os estudantes militares e estrangeiros regulam-se pelas normas estabelecidas pela Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica;

-17. os estudantes que tenham vindo a desenvolver actividades susceptíveis de enquadramento no Serviço Cívico Estudantil deverão comprová-lo mediante atestado do respectivo organismo que deverá preencher um questionário, a fim de que a actividade em questão seja homologada pelo Ministério do Trabalho e os representantes legais dos trabalhadores, organismos que procedem ao controle do mercado do trabalho;

- 18. as actividades propostas deverão ser cobertas por verbas dos respectivos organismos, os quais apenas ficarão isentos de qualquer encargos com os servidores cívicos;

- 19. deverá ter-se em conta que da boa colaboração dos serviços dependerá a satisfação de algumas das necessidades a que urge fazer face no País e a democratização das suas estruturas;

- 20. será divulgado, logo que aprovado em Conselho de Ministros, o Decreto Lei instituindo o Serviço Cívico e o Estatuto do servidor cívico.

#### ALGUNS DOS PROGRAMAS CONSIDERADOS NO ÂMBITO DO SERVIÇO CÍVICO ESTUDANTIL.

##### I

" Trabalho e Cultura " organizado por Michel Giacometti

Este programa será concretizado em todos os distritos do continente e Ilhas Adjacentes, consiste no seguinte:

1 - Recolha exhaustiva das nossas tradições orais;

a) música tradicional

b) literatura oral

2 - Recolha de instrumentos agrícolas, ferramentas das artes e ofícios

3 - Recolha de instrumentos musicais populares

4 - Campanhas de alfabetização

5 - Campanhas de higiene

6 - Programas de animação sócio-cultural, baseadas nas próprias recolhas

7 - Sugestões e colaboração efectiva na construção, arranjo, decoração de centros de recreio ou de actividade social.

Espera-se que este programa possa vir a ter apoio financeiro de aparelhagem e técnico da FNAT, Faculdade de Letras, FAOJ ( MEC ), Fundação GULBENKIAN e a título pessoal e volun-

tário de professores e architectos.

## II

### Programa das Câmaras Municipais

A Comissão Coordenadora do Serviço Cívico Estudantil enviou a todas as Câmaras do País ( Continente e Ilhas ) inquéritos que seriam preenchidos divulgando as necessidades concelhias indicando o número de estudantes que julgassem necessários para satisfazer essas necessidades. Tem a Comissão Coordenadora recebido imensos pedidos enviados pelas câmaras municipais e também por Juntas de Freguesia, e as tarefas pedidas, que terão, na maior parte dos casos, que ser apoiadas por alguns Ministérios ( M.E.S.A., Direcção Geral dos Desportos e Direcção Geral da Educação Permanente - MEC, Secretaria de Estado da Saúde - MAS ) são entre outras as seguintes:

Alfabetização, Educação sanitária, Animação Cultural e Desportiva, Levantamentos Estatísticos e Obras Públicas ( Electrificação, Esgotos, Caminhos, Reparações Ligeiras em Escolas ), estas últimas em regime de auto-construção ).

## III

### Programa do Centro Social da Praia da Aguda

Este programa destina-se em primeiro lugar à formação recreativa, cultural e desportiva dos jovens à qual será um pretexto para a promoção social e educacional dos pais, vizinhos e demais membros da comunidade mediante o recurso a actividades culturais e cívicas inexistentes no lugar.

Este programa já está em execução.

## IV

### Programa de Alfabetização

A ser realizado pela Direcção Geral da Educação Permanente com a colaboração do M.F.A. ( Dinamização Cultural ) nos Distritos de Castelo Branco, Guarda, Viseu, Bragança, Vila Real, Viana do Castelo, Braga, Porto e Aveiro e zonas urbanas de Lisboa e Porto segundo o método de Paulo Freire, e nos restantes distritos segundo o método clássico.

Paralela e simultaneamente haverá uma campanha de dinamização cultural a realizar pelas F.A. que inclui espectáculos de Teatro, Cinema, etc.

## V

### Programa da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais

As tarefas propostas pela Direcção-Geral dos Assuntos Culturais compreendem-se em três grupos, consoante a sua natureza diferenciada. São elas as que são realizadas em bibliotecas, arquivos e museus em escavações arqueológicas e em animação cultural. Estes tipos de actividades incidem, designadamente, na elaboração de inventários, catálogos e bibliografias, no que se refere a bibliotecas, arquivos e museus, e trazem consigo benefícios não só para as instituições em que são realizadas e seus utentes, como para os próprios estudantes que, deste modo criam hábitos de trabalho e conhecimentos úteis para as carreiras universitárias a que se destinam. A organização de bibliografias é particularmente importante, pois elas podem vir, quando centralizadas nos principais organismos a constituir fontes de informação ao alcance dos estudantes universitários.

No que diz respeito ao programa de animação cultural junto das populações será levado a cabo por uma comissão Interministerial de que faz parte esta Direcção-geral e que está neste momento a funcionar nos distritos da Guarda, Castelo Branco e Viseu.



## VI

### Programa de Animação Desportiva

A ser realizado pela Direcção-Geral dos Desportos com o apoio de técnicos do Ministério do Equipamento Social e Ambiente e da Secretaria de Estado da Saúde, sendo os estudantes distribuídos por todos os Concelhos do País (incluindo Açores e Madeira).

Consiste este programa no apoio à montagem de infraestruturas destinadas à prática desportiva, levantamentos estatísticos e documentáveis (Inventário e cadastro das instalações gimnodesportivas) e animação cultural e desportiva propriamente dita.

## VII

### Programa da Direcção Geral do Ensino Secundário

A ser levado a cabo por esta Direcção-Geral e consistindo:

a) criação de centros de documentação e informação pedagógica junto das bibliotecas dos estabelecimentos de ensino.

b) ajuda nos trabalhos em off-set, nas escolas que possuam estas máquinas, ou em serviço técnico ou de ajuda na elaboração de jornais da escola.

Estas tarefas apenas são realizadas nos estabelecimentos de ensino, dependentes desta Direcção-Geral.

## VIII

### Programa "Serviço Cívico Estudantil para a Saúde da Comunidade"

Elaborado por uma Comissão da Secretaria de Estado da Saúde em colaboração com estudantes candidatos ao 1º ano da Faculdade de Medicina, este programa consiste num levantamento dos recursos existentes nos campos da saúde - nos hospitais e postos de Previdência, centros de saúde, instituições de assistência (menores, velhos e deficientes), fábricas, cooperativas, serviços municipalizados, escolas, sociedades de recreio e cultura, sindicatos e ligas, bombeiros e outras instituições de carácter cívico e interesse, empresas de transporte, etc.

Paralelamente a este levantamento de recursos serão executadas tarefas prioritárias de utilidade indiscutível e exequíveis no imediato.

Este programa será montado de forma a cobrir toda a área do Continente, assim como a Madeira e os Açores, inscrevendo-se numa óptica de descentralização funcional.

## IX

### Programa de Prevenção de Riscos Profissionais

A ser concretizado pelo Ministério do Trabalho, este programa consiste em acções a desenvolver junto das fábricas por equipas de 2 estudantes nos seguintes campos:

a) Rastreio de deficiências visuais.

b) Medição de intensidade luminosa de cada sector da fábrica.

c) Colóquios de sensibilidade acompanhados de projecção de um filme sobre Prevenção - acção a desenvolver também nos meios rurais e que visa o desenvolvimento do espírito de segurança nos trabalhadores, dar a conhecer os riscos profissionais mais comuns e algumas técnicas simples de protecção.

d) Noções de primeiros socorros no trabalho incidindo sobretudo nas técnicas de respiração artificial, estancamento de hemorragias e primeiros tratamentos de feridas.

e) Levantamento das condições de higiene e segurança do trabalho - acção a desenvolver através de inquéritos que permitam recolher dados para a definição de uma política de prevenção de riscos profissionais adaptada à realidade.

### Programa do Ministério da Economia

O programa deste Ministério vai ser realizado pela Direcção-Geral da Fiscalização Económica e pela Direcção-Geral dos Serviços Florestais.

A primeira destas Direcções-Gerais vai ocupar os estudantes em tarefas como averiguar queixas sobre arrendamentos, nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, e divulgação de normas higiénicas em estabelecimentos comerciais na província.

Os estudantes a serem enquadrados pela Direcção-Geral dos Serviços Florestais irão realizar as seguintes tarefas:

- a) Limpeza de povoamentos florestais nos distritos de Viseu, Guarda, Vila Real, Bragança, Coimbra, Aveiro, Porto, Viana do Castelo, Braga, e nas zonas de Alcobaça, Trafaria, parques da Pena e Monserrate.
- b) Esclarecimentos sobre a nova legislação de baldios nos distritos de Viseu, Guarda, Castelo Branco, Vila Real, Bragança, Coimbra, Aveiro - em ligação com a campanha de reflorestação e na Peneda-Gerês.
- c) Inquéritos incidindo sobre a actividade silvícola.
- d) Eliminação de despojos de desbastes e vigilância de fogos no distrito de Santarém.

### XI

#### Programa do Ministério do Equipamento Social e Ambiente

A ser levado a cabo pelos seguintes serviços deste Ministério: Administração Geral do Porto de Lisboa, Administração dos Portos do Douro e Leixões, Commissariado do Desemprego, Junta Autónoma das Estradas, Fundo de Fomento de Habitação, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, Direcção-Geral das Construções Hospitalares, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, Direcção-Geral de Viação.

Dos trabalhos a efectuar podemos salientar alguns levantamentos estatísticos para efeitos de elaboração de planos urbanísticos, actualização de plantas topográficas, inquéritos habitacionais de todos os aglomerados populacionais urbanos e rurais, colaboração em obras de estabelecimentos de saúde e tarefas a realizar nos respectivos Serviços.

### XII

#### Programa de apoio às populações

Em diversos pontos do país, nomeadamente nos arredores de Lisboa, Porto e Coimbra, grupos de candidatos ao 1º ano organizaram-se para

a execução de diversas tarefas.

Nos arredores de Oeiras (Figueira das Lages e Porto Salvo) encontram-se já em funcionamento 3 brigadas que se dedicam à limpeza e reconstrução de escolas primárias, depois de contactado o Sindicato da Construção Civil de modo a garantir que este trabalho não teria interferência com o mercado de mão de obra.

#### ESTRUTURA DO SERVIÇO CÍVICO ESTUDANTIL

O Serviço Cívico Estudantil é um Serviço de âmbito Nacional, integrado no Ministério da Educação e Cultura, com uma Comissão Coordenadora Central a funcionar em Lisboa, e com Delegações Regionais (em Lisboa, Porto e Coimbra), Delegações Distritais em todos os restantes Distritos do Continente, Madeira e Açores e ligações a nível concelhio. Estas Delegações são compostas por representantes dos Ministérios que tenham interferência nas tarefas realizadas pelos estudantes do Serviço Cívico Estudantil, na área do distrito. Serão chamadas a prestar colaboração voluntária, as autarquias locais, escolas, sindicatos e organizações populares.

Existe ainda uma Comissão Interministerial, constituída por representantes do Ministério da Administração Interna, Ministério dos Assuntos Sociais, Ministério da Defesa, Ministério da Economia, Ministério da Educação e Cultura, Ministério do Equipamento Social e Ambiente, Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho, Universidades de Lisboa, Porto, Coimbra e Aveiro, Sindicato dos Professores, representantes legais dos trabalhadores e estudantes. Esta Comissão está directamente dependente do Ministério da Educação e Cultura.